



228

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0335941-1
APELANTE: Raimundo Elói de Sá
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR INATIVO. PLEITO DE PROMOÇÃO EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO, PARA GRADUAÇÃO HIERÁRQUICA DE SEGUNDO-SARGENTO PM. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE NÃO COMPROVADA. NECESSIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO. ABERTURA DE CURSOS SUJEITA À DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO. APELO IMPROVIDO. 1. Principiando a análise da matéria de fundo, observa-se que o autor, ora apelante, foi transferido para reserva remunerada, no ano de 2012, e, no mesmo ato, promovido à graduação hierárquica superior, de 3º Sargento PM, conforme o art. 21 da Lei Complementar nº 59/2004. 2. Pretende o autor/apelante a sua promoção, em ressarcimento de preterição, à graduação hierárquica de "Segundo-Sargento PM", invocando a favor do pleito o fato de só ter sido promovido uma única vez na atividade, após 30 (trinta) anos de serviços prestados à Corporação. 3. O art. 100, § 10º, da Constituição do Estado de Pernambuco prevê que as promoções dos servidores militares serão feitas por merecimento e antiguidade, de acordo com o estabelecido em legislação própria. 4. Nesse contexto, a Lei Complementar Estadual nº 134/2008 foi editada no intuito de regular a carreira dos praças e dos oficiais de Administração e passou a estabelecer normas para a promoção por antiguidade e por merecimento. 5. Como visto do teor do diploma legal, são inúmeros os critérios para promoção de um militar ao grau hierárquico superior na ativa. Assim, nem em tese se pode cogitar de que o militar, a partir do cômputo exclusivo do seu tempo de serviço, teria direito à promoção para o grau hierárquico de "Terceiro-Sargento PM", ainda na atividade, de modo a implicar, por conseguinte, na sua promoção para Segundo-Sargento PM, por ocasião da sua aposentadoria. 6. E, como afirma à inicial, o apelante não realizou o curso de formação respectivo que o habilitaria à promoção para 3º Sargento, deixando de preencher os requisitos do art. 17 da LC nº 134/2008. 7. Por outro lado, a abertura de cursos de formação depende de uma programação das Corporações, que devem (i) observar a existência de vagas para cada cargo e (ii) convocar a abertura de seleção interna, em conformidade com os critérios previstos no aludido diploma complementar, estando a sua abertura inserida no âmbito do poder discricionário que lhe é próprio, inclusive porque adstrita à disponibilidade orçamentária. 8. Diante de tais balizas, e considerando que as provas trazidas aos autos não permitem a conclusão de que a Administração teria se esquivado de realizar seleção interna para a abertura de cursos de formação ou que a teria deflagrado com inobservância aos ditames legais, convocando militares mais modernos que o apelante, não se vislumbra qualquer ilegalidade a amparar o pleito de promoção em ressarcimento de preterição para o grau hierárquico de 2º Sargento PM. 9. Apelo improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0335941-1, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento à apelação cível, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de ~~Outubro~~ de 2014 (data do julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0335941-1
APELANTE: Raimundo Elói de Sá
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 81/86) que **julgou improcedente** o pedido formulado por Raimundo Elói de Sá contra o Estado de Pernambuco, sob o fundamento de que o autor não preencheu os requisitos previstos na legislação de regência para promoção ao grau hierárquico de "Terceiro-Sargento PM" na ativa, e, em sucessivo, para promoção ao posto de "Segundo-Sargento PM", por ocasião da sua passagem para inatividade.

Na exordial, aduziu o autor, ora apelante, ocupante do grau hierárquico de "Cabo PM" na atividade, que, por ocasião da sua transferência para reserva remunerada, no ano de 2012, foi promovido para a graduação hierárquica de "Terceiro-Sargento PM", não obstante afirme ter direito a promoção para "Segundo-Sargento", por ter preenchido os requisitos do art. 17 da Lei Complementar nº 134/2008.

Sustenta, em suma, ter direito à promoção pretendida, por ter mais de 30 (trinta) anos de serviços prestados à PMPE, nunca ter sido enquadrado nas hipóteses impeditivas de ingresso em quadro de acesso e ter sido classificado no comportamento excepcional, pelo que deveria ter sido promovido, ainda na ativa, à graduação hierárquica de "Terceiro-Sargento", o que implicaria na sua promoção para "Segundo-Sargento", quando da subsequente transferência para inatividade.

Averbou que, em 30 (trinta) anos de serviço, só foi promovido uma única vez (à graduação de Cabo PM), não tendo sido mais convocado para cursos de formação pela Administração, requerendo o reconhecimento da ilegalidade e a garantia do seu direito à promoção para graduação pretendida *em ressarcimento de preterição*, nos termos do art. 10, parágrafo único, do Decreto nº 17.163/1993 e art. 17 da Lei nº 6.784/74.

Nas razões de apelação, às fls. 89/99, repisou o apelante os argumentos da inicial.

Nas contra-razões de fls. 101/105, o Estado alegou, em suma, que o apelante não preencheu os requisitos para promoção ao posto de "Terceiro-Sargento" na ativa, tal como a conclusão do Curso de Formação de Sargentos, previsto no art. 8º da LC nº 134/2008, e bem assim que o ato de promover cursos de formação se circunscreve ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

A douta Procuradoria deixou de emitir parecer de mérito às fls. 120/121.

É o relatório no essencial. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 02 de junho de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



128

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0335941-1
APELANTE: Raimundo Elói de Sá
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Principiando a análise da matéria de fundo, observo que o autor, ora apelante, foi transferido para reserva remunerada, no ano de 2012 (fls. 21), e, no mesmo ato, promovido à graduação hierárquica superior, de 3º Sargento PM, conforme o art. 21 da Lei Complementar nº 59/2004.

Pois bem.

Pretende o autor/apelante a sua promoção, em ressarcimento de preterição, à graduação hierárquica de "Segundo-Sargento PM", invocando a favor do pleito o fato de só ter sido promovido uma única vez na atividade, após 30 (trinta) anos de serviços prestados à Corporação.

O art. 100, § 10º, da Constituição do Estado de Pernambuco prevê que as promoções dos servidores militares serão feitas por merecimento e antiguidade, **de acordo com o estabelecido em legislação própria.**

Nesse contexto, a Lei Complementar Estadual nº 134/2008 foi editada no intuito de regular a carreira dos praças e dos oficiais de Administração e passou a estabelecer normas para a promoção por antiguidade e por merecimento, nos seguintes termos:

"CAPÍTULO I – DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 5º - A promoção por antiguidade para as graduações de Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento e Cabo se baseia na precedência hierárquica de um graduado sobre os demais de igual graduação, **dentro do número de vagas estabelecidas nas respectivas Qualificações.**

SEÇÃO I – Da promoção por antiguidade de cabos e soldados

Art. 6º- O militar do Estado que possuir a graduação de soldado, ao completar o interstício para promoção, passará a integrar os Quadros de Acesso para promoção à graduação imediata, respeitando-se a existência de vagas.

Art. 7º- O militar do Estado que possuir a graduação de soldado, somente poderá ser promovido à graduação de Cabo após concluir, com aproveitamento, o Curso de Habilitação de Cabos.

Art. 8º- A promoção à graduação de 3º Sargento dar-se-á **após conclusão, com aproveitamento, do Curso de Formação de Sargentos, desde que preenchidos os requisitos previstos no art. 17 desta Lei Complementar.**

Parágrafo único - No Curso de Formação, 40% (quarenta por cento) das vagas serão destinadas aos Cabos, que serão convocados pelo Comandante Geral, no primeiro ano de



130

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

vigência desta Lei Complementar, e em 30% (trinta por cento) nos demais, observando-se a antiguidade na graduação e, no mínimo, 03 (três) anos de efetivo serviço nas Corporações Militares Estaduais.

(...)

CAPÍTULO II- DA PROMOÇÃO POR MERECIMENTO

Art. 10- A promoção por merecimento se baseia no conjunto de qualidades e atributos que distinguem o graduado entre seus pares e que, quantificados na ficha de promoção, passam a traduzir sua capacidade para ascender hierarquicamente.

Parágrafo único- A ficha de promoção de que trata o caput deste artigo deverá ser preenchida pela Comissão de Promoção de Praças-CPP, segundo modelo estabelecido em regulamento.

Art. 11- A promoção por merecimento será feita com base no Quadro de Acesso por Merecimento em lista ordenada pela classificação dos graduados até o triplo da quantidade de vagas para promoção por merecimento.

Art. 12- No Curso de Formação a que alude o art. 8º, 60% (sessenta por cento) das vagas destinar-se-ão à seleção interna, no primeiro ano de vigência desta Lei Complementar, e em 70% (setenta por cento), nos demais, podendo dele participar Cabos e Soldados.

Parágrafo único- O interstício, para os fins deste artigo, será de 18 (dezoito) meses, para Cabos, na graduação, e, para os Soldados, no efetivo exercício da respectiva corporação.

(...)

Art. 17- São condições imprescindíveis para promoção do praça à graduação superior por antiguidade:

I - ter concluído, com aproveitamento, até a data prevista para encerramento das alterações, o curso que o habilita ao desempenho dos cargos e funções próprios da graduação superior;

II - ter completado até a data da promoção, os seguintes requisitos:

a) interstício mínimo:

- 1. Primeiro-Sargento: 02 (dois) anos na graduação;**
- 2. Segundo-Sargento: 02 (dois) anos na graduação;**
- 3. Terceiro Sargento: 02 (dois) anos na graduação;**
- 4. Cabo: 03 (três) anos na graduação;**
- 5. Soldado: 03 (três) ano de efetivo serviço na respectiva corporação militar;**

b) serviço arregimentado:

- 1. Primeiro-Sargento: 01 (um) ano;**





131

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

2. Segundo-Sargento: 02 (dois) anos;

3. Terceiro-Sargento: 02 (dois) anos;

III - estar classificado, no mínimo, no comportamento BOM;

IV - ter sido considerado apto na inspeção de saúde para fins de promoção, ressalvada a hipótese do art. 19 desta Lei Complementar;

V - ter sido incluído no Quadro de Acesso (QA) de sua respectiva qualificação.

§ 1º- Será computado como serviço arregimentado para fins de ingresso em QA, o tempo passado:

I - em unidade operacional;

II - em unidade e órgão de apoio;

III - em funções técnicas de suas especialidades, pelos graduados músicos, em qualquer Organização Militar Estadual.

§ 2º- As condições de interstício estabelecidas nesta Lei Complementar, bem como as do processo seletivo ao Curso de Formação de Sargentos, observadas as normas gerais reguladoras do processo seletivo, poderão ser reduzidas até a metade, através de ato do Comandante Geral, mediante proposta da Comissão de Promoção de Praças-CPP, quando o quantitativo habilitado à promoção for inferior ao número de vagas.

(...)

Art. 46- Quando os Quadros de Oficiais do QOA/QOE e de Praças das Corporações Militares Estaduais estiverem com um percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de claros em relação ao total fixado como previsto para o respectivo cargo, a Administração deverá providenciar a convocação e abertura de seleção interna, em conformidade com os critérios previstos nesta Lei Complementar, objetivando o preenchimento dos respectivos claros.

Parágrafo único- Para a formação de cursos, objetivando o preenchimento dos claros existentes nos quadros de que trata o caput deste artigo, deverá haver uma programação das Corporações, a fim permitir um fluxo de alunos compatível com a capacidade da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, preservando desta forma, a qualidade da formação, capacitação ou habilitação dos alunos. (Grifou-se)

Como visto, são inúmeros os critérios para promoção de um militar ao grau hierárquico superior na ativa.

Assim, nem em tese se pode cogitar de que o militar, a partir do cômputo exclusivo do seu tempo de serviço, teria direito à promoção para o grau hierárquico de "Terceiro-Sargento PM", ainda na atividade, de modo a implicar, por conseguinte, na sua promoção para Segundo-Sargento PM, por ocasião da sua aposentadoria.



132

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

E, como afirma à inicial, o **apelante não realizou o curso de formação respectivo que o habilitaria à promoção para 3º Sargento**, deixando de preencher os requisitos do art. 17 da LC nº 134/2008.

Por outro lado, a abertura de cursos de formação depende de uma **programação** das Corporações, que devem (i) observar a **existência** de **vagas** para cada cargo e (ii) **convocar** a abertura de **seleção interna**, em conformidade com os critérios previstos no aludido diploma complementar, estando a sua abertura inserida no âmbito do poder discricionário que lhe é próprio, inclusive porque adstrita à disponibilidade orçamentária.

Diante de tais balizas, e considerando que as provas trazidas aos autos não permitem a conclusão de que a Administração teria se esquivado de realizar seleção interna para a abertura de cursos de formação ou que a teria deflagrado com inobservância aos ditames legais, convocando militares mais modernos que o apelante, não vislumbro qualquer ilegalidade a amparar o pleito de promoção em ressarcimento de preterição para o grau hierárquico de 2º Sargento PM.

Ante o exposto, **nego provimento à apelação cível**, mantendo a sentença *a quo* na íntegra.

É o voto.

Recife, 18 de *Julho* de 2014.
[Assinatura]
Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator